



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

TERMO DE REFERÊNCIA**AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O CONSULTÓRIO MÉDICO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA****1. OBJETO**

O presente Termo tem por objeto a aquisição de medicamentos para o consultório médico da Seção Judiciária de Roraima.

2. JUSTIFICATIVA

Suprir as necessidades de medicamentos do consultório médico, visando atender com eficiência e qualidade os magistrados, servidores, seus dependentes e familiares, durante o período de 12 meses.

3. DESCRIÇÃO DOS MEDICAMENTOS

ITEM	QUANT	UNID.	COD.	ESPECIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
1	2	CX		DIPIRONA 500 MG – CAIXA C/ 100 COMPRIMIDOS	
2	3	CX		ANTIENXAQUECOSO ISOMETEPTENO, DIPIRONA, CAFEÍNA -CAIXA C/ 1 BLISTER C/ 20 DRÁG.	
3	1	CX		ANTI-HIPERTENSIVO CAPTOPRIL 25MG CAIXA C/ 1 BLISTER C/ 16 COMPR.	
4	3	CX		CURATIVOS TRANSPARENTES COM ANTISEPTICO, FORMATO RETANGULAR, CAIXA COM 35 UNIDADES.	
5	2	CX		ANALGÉSICO E ANTIPIRÉTICO PARACETAMOL 750 MG – CAIXA COM 20 UNIDADES	
6	1	CX		LORATADINA 10 MG CAIXA COM 12 UNIDADES.	

4. DA LICITAÇÃO

Considerando que o valor estimado da aquisição encontra-se dentro dos limites previstos no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, a aquisição poderá ocorrer por meio de dispensa de licitação.

5. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta dos recursos específicos e observarão os limites legais e orçamentários.

6. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Nos termos do Art. 67, da LLCA, a contratante elegerá um representante a quem competirá o recebimento dos medicamentos.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA SECCIONAL

Caberá à Seccional as seguintes obrigações:

- a) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa quanto ao fornecimento dos medicamentos;
- b) Proporcionar todas as facilidades necessárias para que a empresa possa cumprir as condições estabelecidas neste termo de referência;
- c) Solicitar os medicamentos necessários ao fornecedor, por meio da emissão e entrega da nota de empenho; e
- d) Designar servidor como responsável pela gestão do contrato, o qual deverá zelar pelo fiel cumprimento das condições neles estabelecidos.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA FORNECEDORA

A Empresa obriga-se a:

- a) Fornecer os medicamentos nas descrições solicitadas e no local indicado no item 9;
- b) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes do fornecimento de que trata este Termo;
- c) Apresentar obrigatoriamente **prazo de validade de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses** para os medicamentos;
- d) Entregar os medicamentos dentro dos prazos estabelecidos.

9. LOCAL DE ENTREGA

Os medicamentos solicitados serão entregues nesta Seccional situada na Avenida Getúlio Vargas, 3999 – Bairro Canarinho – Boa Vista – Roraima, na Seção de Material e Patrimônio/SEMAP, acompanhada pela Seção requisitante - Seção de Programas e Benefícios Sociais/SEBES.

10. DO RECEBIMENTO

O objeto contratado será recebido da seguinte forma:

- a) **Provisoriamente**, no ato da entrega, pela SEMAP – acompanhada da SEBES, que procederá à conferência de sua conformidade com o solicitado. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento, assinando-se o canhoto do respectivo documento fiscal de entrega; e
- b) **Definitivamente**, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante atesto na nota fiscal/fatura, desde que comprovada à adequação aos termos da nota de empenho e do edital.

10.1 . Os medicamentos serão recusados:

- a) Quando entregues com especificações diferentes das contidas na proposta da empresa contratada ou neste Termo de Referência;
- b) Quando os medicamentos forem entregues com data de validade inferior ao estabelecido neste Termo de Referência;
- c) O medicamento será devolvido, em sua totalidade, caso mais de 10% (dez por cento) dos itens seja recusado.

10.2 . A empresa contratada deverá providenciar a substituição dos medicamentos recusados, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da comunicação, por ofício/notificação, realizada pela Seção Judiciária de Roraima.

10.3 . A empresa que entregar medicamento em desacordo com as especificações deste Termo, será responsável pela retirada do material das dependências da Seção Judiciária de Roraima.

11. DAS PENALIDADES

11.1. A contratada, nos casos de atraso injustificado assim considerado pela Administração, ou de inexecução parcial ou ainda de inexecução total da obrigação, ficará sujeita, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2. A penalidade fundada em comportamento ou conduta inidônea ensejará impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, na forma do disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002.

11.3. As penalidades previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 11.1 poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa prevista na alínea “b” do mesmo item.

11.4. As penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” acima também poderão ser aplicadas à CONTRATADA, caso tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

11.5. Caso a empresa vencedora se recuse a anexar proposta de preços nos termos do Edital, a assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo indicado ou ainda a dar o recebimento no empenho, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação. Em consequência, ser-lhe-á aplicada a multa prevista na alínea “b” do item 11.1, no percentual de 10% sobre o valor de sua proposta, podendo ser cumulada com a pena prevista na alínea “c” do mesmo item.

11.6. O atraso injustificado na entrega/execução do objeto desta contratação ou qualquer outra infração contratual sujeitará a Contratada à multa de **0,33% (zero vírgula trinta e três por cento)** por dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato ou sobre a parte não entregue/executada, até o limite de 30 (trinta) dias corridos.

11.6.1. Após esse prazo, será reconhecida a recusa do fornecedor, podendo a Administração considerar rescindido o contrato e aplicar a multa prevista no item 11.8 deste instrumento, sem prejuízo de outras penalidades previstas no item 11.1.

11.7. Nas hipóteses em que não esteja fixado previamente o termo inicial ou final para cumprimento de obrigações, o Contratante, mediante hábil notificação, fixará os prazos a serem cumpridos. O descumprimento da obrigação no prazo fixado constituirá em mora a Contratada, hipótese em que estará sujeita à sanção prevista no item 11.6

11.8. A inexecução parcial ou total deste instrumento por parte da Contratada poderá ensejar a rescisão contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação da multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre a parte não entregue/executada ou sobre o valor total contratado, sem prejuízo de outras penalidades previstas no item 11.1.

11.9. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato; ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

11.9.1. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para execução, deverá ser encaminhada ao Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do Contratante a sua aceitação.

11.9.2 . O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta nesta cláusula será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste instrumento.

11.9.3. Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá o Contratante, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no item 11.6.

11.10. O valor da multa poderá ser deduzido dos créditos porventura existentes em favor da Contratada. No caso de inexistência de créditos, o valor das multas devidas à Contratante deverá ser recolhido ao Tesouro Nacional, por meio de GRU (Guia de Recolhimento da União), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação para recolhimento, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente (art. 86 da Lei 8.666/1993).

11.11. A aplicação das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa e ensejarão seu registro no SICAF.

11.12. Caberá recurso, em relação ao ato que aplicar quaisquer das penalidades previstas neste instrumento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

12. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- a. Certidão Negativa relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b. Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;
- c. Certidão Negativa de Tributos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF);
- d. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

13. DOS PRAZOS

13.1. O prazo para entrega do medicamento solicitado será de **no máximo 20 (vinte) dias** após o recebimento da nota de empenho.

13.2. O prazo acima justifica-se em razão da necessidade premente de aquisição dos produtos, face à licitação fracassada ocorrida anteriormente e ao comprometimento que a ausência dos produtos causará na prestação dos serviços do consultório odontológico.

13.3. Em caso de falta no mercado dos materiais para reposição, o fato deve ser comunicado imediatamente a SECAD justificadamente, que poderá autorizar a prorrogação do prazo de entrega.

Boa Vista, 06 de Maio de 2021.

Werley de Oliveira e O. Cruz
Supervisor da SEBES



Documento assinado eletronicamente por **Werley de Oliveira e Oliveira Cruz, Supervisor(a) de Seção**, em 06/05/2021, às 15:19 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **12884135** e o código CRC **EBB7CF51**.